

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



ESTADO DO AMAPÁ

Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

I I Concurso Público para provimento de cargos vagos

Analista Legislativo – Atividade Orçamentária e Financeira e de Controle Interno

Especialidade: Técnico de Controle Interno

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de especialidade.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Distribuição justa

A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?

A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes e lisura do processo* constituem
 - (A) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
 - (B) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
 - (C) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
 - (D) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
 - (E) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.

2. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
 - (A) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
 - (B) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
 - (C) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
 - (D) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
 - (E) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
 - (B) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
 - (C) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.
 - (D) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
 - (E) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
 - (B) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
 - (C) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
 - (D) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
 - (E) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.

5. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
 - (A) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
 - (B) Caso não se retenham seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
 - (C) Como eles não requiseram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.
 - (D) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
 - (E) À medida que se recomprem as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm
- (A) salienta a importância que tiveram as metas do século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
 - (B) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
 - (C) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.
 - (D) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
 - (E) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.
-
7. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído* (1º parágrafo).
 - (B) *alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica* (2º parágrafo).
 - (C) *ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras”* (2º parágrafo).
 - (D) *a segunda era são os anos dourados / paz congelada* (3º parágrafo).
 - (E) *caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política* (4º parágrafo).
-
8. *Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.*
- A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento
- (A) *dá-se o desmoronamento por propiscia-se a ruína.*
 - (B) *em que caem por terra por em cujo se solapam.*
 - (C) *desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.*
 - (D) *sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.*
 - (E) *limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.*
-
9. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
 - (B) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
 - (C) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.
 - (D) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
 - (E) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) em cuja gravidade – lhes solucionamos – suas consequências
(B) cuja gravidade – os solucionamos – suas consequências
(C) da qual gravidade – solucionamo-los – as consequências dos mesmos
(D) onde a gravidade – lhes solucionamos – as próprias consequências
(E) a gravidade de cujos – os solucionamos – as consequências em si mesmas

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a $\frac{2}{3}$ da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.
(B) 60 dias.
(C) 270 dias.
(D) 45 dias.
(E) 171 dias.

12. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) não é contorcionista nem equilibrista.
(B) não é malabarista.
(C) é equilibrista ou não é contorcionista.
(D) é equilibrista ou contorcionista.
(E) é malabarista e não é equilibrista.

13. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 2,5%
(B) 0,5%
(C) 1%
(D) 0,1%
(E) 5%

14. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 25
(B) 27
(C) 24
(D) 26
(E) 28

Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

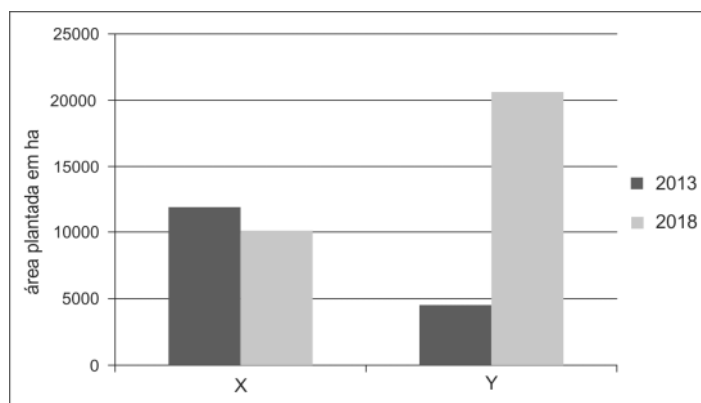
- (A) Calçoene.
(B) Mazagão.
(C) Santana.
(D) Laranjal do Jari.
(E) Vitória do Jari.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
 - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
 - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.
 - predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
 - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.

17. Considere o gráfico abaixo.

Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.
- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.

Atenção: As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
 - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
 - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.
 - a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
 - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
19. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
 - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
 - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
 - um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
 - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
20. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
 - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
 - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
 - criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
 - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Auditoria e Controle**

21. É responsabilidade do auditor, segundo a NBC TA 240,
- (A) estabelecer se a fraude ocorreu, em seu conceito jurídico.
 - (B) prevenir e detectar a fraude, principalmente.
 - (C) estabelecer se eventual fraude causou distorções relevantes, principalmente.
 - (D) não se manter cético ao que narram os empregados da auditada, posto que são os principais incumbidos de cumprir os procedimentos de controle.
 - (E) manter-se cético aos sinais de fraude, pois é relativamente mais difícil para a administração ter condições de manipular os registros contábeis.
-
22. A expressão papéis de trabalho vem sendo derogada pelo termo documentação de auditoria em normas que estabelecem que ela deve ser preparada de forma que um
- (A) auditor experiente entenda a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados, desde que tenha tido envolvimento anterior com a auditoria.
 - (B) leigo que tenha tido envolvimento anterior com a auditoria consiga entender a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados.
 - (C) auditor experiente entenda os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida, ainda que não tenha tido envolvimento anterior com a auditoria.
 - (D) auditor inexperiente e que não tenha tido envolvimento anterior com a auditoria entenda os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.
 - (E) leigo que não tenha tido envolvimento anterior com a auditoria entenda os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.
-
23. É indicador de que o controle interno está funcionando satisfatoriamente a
- (A) reapresentação de demonstrações contábeis emitidas anteriormente para refletir a correção de distorção relevante devido a erro.
 - (B) existência de sinais de incapacidade da administração de supervisionar a elaboração das demonstrações contábeis.
 - (C) evidência de processo de avaliação de risco ineficaz.
 - (D) evidência de resposta ineficaz a riscos significativos identificados.
 - (E) existência de processo de avaliação de risco na entidade.
-
24. Uma boa auditoria fundamenta-se em uma etapa de planejamento adequada. As normas técnicas buscam as melhores práticas quanto a esse importante expediente preparatório. A NBC TA 300 estabelece que
- (A) o planejamento da auditoria é responsabilidade exclusiva da administração da entidade, sem interferência do auditor.
 - (B) o planejamento da auditoria é responsabilidade exclusiva do controle interno.
 - (C) apenas excepcionalmente o auditor deve discutir elementos do planejamento com a administração da entidade.
 - (D) há a possibilidade de o auditor discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade.
 - (E) há o dever de o auditor discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade.
-
25. As evidências de auditoria não devem suscitar dúvidas quanto à sua confiabilidade. Desse modo,
- (A) se as respostas obtidas da administração, do controle interno ou de outras fontes forem inconsistentes entre si, torna-se possível a conclusão de que um item individual da evidência de auditoria não é confiável.
 - (B) o trabalho de auditoria deve se pautar por uma única fonte para cada fato, pois a pluralidade de fontes redundando inevitavelmente em inconsistências.
 - (C) se o trabalho de auditoria basear-se em apenas uma fonte de informações, então a existência de distorção relevante deve ser presumida.
 - (D) se as respostas obtidas da administração, do controle interno ou de outras fontes forem consistentes entre si, torna-se possível a conclusão de que as evidências não são confiáveis.
 - (E) o trabalho de auditoria deve se pautar apenas por fontes documentais, pois a confiabilidade delas é inquestionável.
-
26. A NBC TA 505 define confirmação externa como sendo a
- (A) solicitação de que a parte que confirma responda diretamente ao auditor, indicando se concorda ou discorda das informações na solicitação.
 - (B) evidência de auditoria obtida como resposta de um terceiro, por escrito, direta para o auditor.
 - (C) solicitação de que a parte que confirma responda diretamente ao auditor, somente se discorda das informações fornecidas na solicitação.
 - (D) evidência de que a parte que confirma não responde, ou não responde de maneira completa, a uma solicitação de confirmação positiva.
 - (E) resposta que indica uma diferença entre as informações para as quais se solicitou confirmação ou diferença entre os registros da entidade e as informações fornecidas pela parte que confirma.



27. Se o auditor independente utilizou o trabalho de auditoria interna, ele deve
- (A) incluir na documentação de auditoria os procedimentos de auditoria executados pelo auditor independente.
 - (B) informar à administração, renunciando ao contrato de auditoria.
 - (C) incluir na documentação de auditoria a natureza e a extensão do trabalho utilizado, evitando qualquer remissão à base para sua decisão.
 - (D) excluir da documentação de auditoria qualquer avaliação acerca do nível de competência da auditoria interna.
 - (E) exigir que o responsável pelo controle interno assine o relatório final de auditoria independente.
-
28. Para a elaboração de demonstrações contábeis ou para obter evidências de auditoria, suficientes e apropriadas, as pessoas ou organizações com especialização em área que não a contabilidade ou a auditoria são chamadas pelas normas de
- (A) especialistas e devem sempre ser contratados diretamente pelo auditor.
 - (B) auditores e são classificados entre aqueles impedidos e os não impedidos.
 - (C) especialistas e devem sempre ser contratados diretamente pela administração.
 - (D) especialistas e são classificados entre aqueles contratados pela administração e pelo auditor.
 - (E) auditores e devem sempre ser contratados diretamente pela administração.
-
29. Um dos argumentos da estrutura preconizada pelo *Internal Control – Integrated Framework*, edição do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* consiste em proporcionar à administração um meio de
- (A) aplicar o controle interno aos tipos de entidade cuja indústria ou estrutura legal figurem entre aquelas mencionadas, nos níveis de entidade, unidade operacional ou função.
 - (B) aplicar o controle interno a qualquer tipo de entidade, independentemente da indústria ou da estrutura legal, ao nível de entidade, relegando os níveis de unidade operacional ou função a outras estruturas.
 - (C) aplicar o controle interno aos tipos de entidade cuja indústria ou a estrutura legal figurem entre aquelas mencionadas, ao nível de entidade, relegando os níveis de unidade operacional ou função a outras estruturas.
 - (D) afastar a aplicação do controle interno a todo tipo de entidade, independentemente da indústria ou da estrutura legal, e do nível (entidade, unidade operacional ou função).
 - (E) aplicar o controle interno a qualquer tipo de entidade, independentemente da indústria ou da estrutura legal, nos níveis de entidade, unidade operacional ou função.
-
30. O controle interno é definido, no âmbito do *Internal Control – Integrated Framework*, edição do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, como
- (A) uma função exercida por um ente que não integra a mesma estrutura organizacional do órgão fiscalizado.
 - (B) um documento que atesta a razoável segurança de que os procedimentos internos estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
 - (C) um documento que serve de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade e são divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
 - (D) um documento elaborado pela administração central da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.
 - (E) um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.
-
31. A governança corporativa compartilha elementos qualquer que seja a natureza da entidade a que se aplique, mas alguns aspectos são marcadamente diversos entre a governança pública e a privada, por exemplo, a preocupação com
- (A) a equidade.
 - (B) a transparência.
 - (C) a prestação de contas (*accountability*).
 - (D) os crimes de responsabilidade.
 - (E) a responsabilidade corporativa.

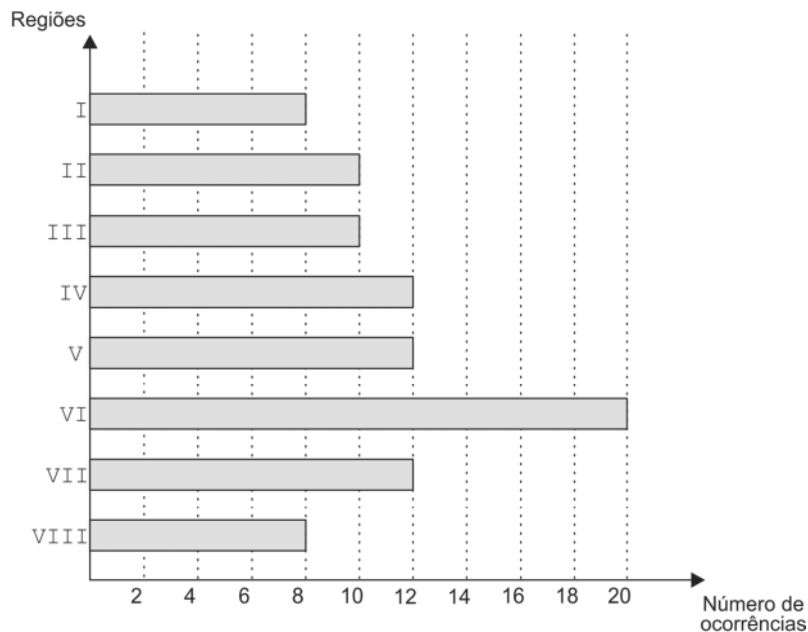


32. A tomada de contas consiste na atividade por meio da qual o administrador
- (A) recolhe a documentação de prestadores de serviços e fornecedores.
 - (B) justifica sua conduta quanto a legalidade, legitimidade e economicidade.
 - (C) apura o lucro nas pessoas jurídicas de direito público.
 - (D) exige que seus subordinados diretos respondam criminalmente.
 - (E) sugere aos seus superiores indiretos que respondam criminalmente.

Amostragem Estatística/Métodos Quantitativos

33. Em uma grande empresa, ocorreu a suspeita de existência de erro na contabilização dos saldos das contas. Um auditor desta empresa é incumbido de analisar as contas que constam de uma lista em ordem crescente de seu respectivo código. Ele decide realizar este trabalho por amostragem, sorteando um código entre os 10 primeiros da lista, e, então, analisar toda conta referente ao décimo código na lista a partir do primeiro selecionado. Nesse caso, é adotado pelo auditor, o tipo de uma Amostragem denominado
- (A) por julgamento.
 - (B) por conglomerados.
 - (C) determinística.
 - (D) sistemática.
 - (E) em dois estágios.

34. Em um relatório de auditoria acerca de uma determinada ocorrência em 8 regiões, obteve-se o gráfico abaixo.



Com relação a este relatório, sejam Md a mediana e Me a média aritmética (número de ocorrências por região) correspondentes. O valor da respectiva moda é, então, igual a

- (A) $3Md - 2Me$.
 - (B) $3Me - 2Md$.
 - (C) $2Me - Md$.
 - (D) $4Me - 3Md$.
 - (E) $2Md - Me$.
35. O número de empregados de uma empresa é igual a 200, sendo que 60% são homens e o restante mulheres. Nesta empresa, a média aritmética dos salários da população formada pelos salários dos homens é igual a 5 mil reais, com um coeficiente de variação igual a 30%, e a média aritmética dos salários da população formada pelos salários das mulheres também é igual a 5 mil reais, porém com um coeficiente de variação igual a 20%. Considerando a população formada por todos os 200 empregados da empresa, obtém-se que a variância, em mil reais ao quadrado, dos respectivos salários é igual a
- (A) 1,69
 - (B) 1,75
 - (C) 1,30
 - (D) 2,50
 - (E) 3,25

**Administração Financeira e Orçamentária**

36. De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, os princípios da Administração pública da
- (A) moralidade e publicidade devem ser obedecidos por uma autarquia estadual.
 - (B) legalidade e universalidade devem ser obedecidos por uma assembleia legislativa estadual.
 - (C) eficiência e competência devem ser obedecidos por empresas públicas estaduais.
 - (D) exclusividade e impessoalidade devem ser obedecidos por instituições sem fins lucrativos não governamentais.
 - (E) prudência e eficiência devem ser obedecidos pelos órgãos da administração direta estadual.
-
37. De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 de um ente público estadual,
- (A) devem constar as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração pública direta e indireta para o período de 2020 a 2023.
 - (B) devem constar as metas do montante da dívida pública, em valores correntes e constantes, para os exercícios financeiros de 2019, 2020 e 2021.
 - (C) deve constar o Anexo que discrimina as despesas orçamentárias referentes ao exercício financeiro de 2020 pelas funções segundo as categorias econômicas.
 - (D) deve constar o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (E) deve constar o orçamento de investimento das empresas em que o ente estadual, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
-
38. Um servidor do Poder Legislativo Estadual, um dos responsáveis pelo controle interno, comprovou a ilegalidade da aquisição de combustível para abastecer a frota de veículos de uma Assembleia Legislativa Estadual, uma vez que o recebimento e a utilização do combustível foram realizados antes do empenho da despesa. Nesse caso, a verificação da legalidade dos atos da execução orçamentária foi
- (A) prévia e o servidor deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do referido Estado.
 - (B) concomitante e o servidor deverá dar ciência ao Poder Judiciário do referido Estado.
 - (C) subsequente e o servidor deverá dar ciência ao Ministério Público do referido Estado.
 - (D) concomitante e o servidor deverá dar ciência ao Ministério Público do referido Estado.
 - (E) subsequente e o servidor deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do referido Estado.
-
39. A Receita Corrente Líquida de um ente público estadual referente ao exercício financeiro de 2018 foi R\$ 4.500.000.000,00. Em 2018, para atender o limite definido pela Lei Complementar nº 101/2000 para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo Estadual, incluído o Tribunal de Contas do Estado, o valor NÃO poderia ter ultrapassado, em reais, a:
- (A) 2.700.000.000,00
 - (B) 135.000.000,00
 - (C) 81.000.000,00
 - (D) 270.000.000,00
 - (E) 162.000.000,00
-
40. A informação sobre as despesas não inscritas em Restos a Pagar em 31/12/2018 por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados deve constar no
- (A) Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao último bimestre de 2018.
 - (B) Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre de 2019.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre de 2018.
 - (D) Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2019.
 - (E) Anexo de Riscos Fiscais referente ao último quadrimestre de 2018.



41. Todas as receitas e despesas orçamentárias do Poder Legislativo Estadual devem ser, respectivamente, previstas e fixadas na Lei Orçamentária Anual do
- (A) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da exclusividade.
 - (B) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da universalidade.
 - (C) ente estadual do qual é parte, em atendimento ao princípio orçamentário da eficiência.
 - (D) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da transparência.
 - (E) Poder Legislativo, em atendimento ao princípio orçamentário da não vinculação da receita de impostos.
-
42. No dia 19/11/2019, um dos fornecedores de material de consumo entregou um lote de cartuchos de impressora a jato de tinta para uma Assembleia Legislativa Estadual conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 14/11/2019. No dia 22/11/2019, um dos servidores responsáveis pela execução orçamentária da despesa confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da entrega do material com a finalidade de verificar o direito adquirido pelo fornecedor. Os cartuchos de impressora foram utilizados no mês de dezembro de 2019. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na Assembleia Legislativa Estadual, a transação ocorrida no dia
- (A) 19/11/2019 gerou uma variação patrimonial diminutiva.
 - (B) 14/11/2019 gerou uma redução no resultado de execução orçamentária.
 - (C) 22/11/2019 gerou a redução de um passivo circulante.
 - (D) 19/11/2019 gerou a liquidação de uma despesa orçamentária.
 - (E) 22/11/2019 gerou o aumento de um ativo circulante.
-
43. Em 28/11/2019, uma entidade pública governamental devolveu o valor de R\$ 6.000,00 referente à caução em dinheiro fornecida, em 20/12/2018, por uma pessoa jurídica contratada para prestar serviços de confecção e instalação de cortinas persianas. A devolução da caução em dinheiro em 28/11/2019 deu origem, na entidade pública governamental, a
- (A) um dispêndio extraorçamentário.
 - (B) uma despesa orçamentária com Outros Serviços de Terceiros.
 - (C) uma restituição de receita orçamentária.
 - (D) uma despesa orçamentária com Investimento.
 - (E) uma despesa orçamentária com Inversão Financeira.
-
44. Em 01/11/2018, uma Assembleia Legislativa Estadual recebeu de um fornecedor um lote de 100 licenças do Pacote Microsoft Office 2016 pelo valor total de R\$ 40.320,00, conforme especificado na nota de empenho emitida em 17/10/2018. Na data da entrega pelo fornecedor, as licenças foram instaladas nos computadores da Assembleia Legislativa e colocadas em uso e também foi definido que a vida útil do lote de licenças era de 3 anos. Considerando que a Assembleia Legislativa Estadual não realiza a reavaliação de seus ativos e utiliza o método linear para calcular o valor da amortização em cada período,
- (A) a amortização acumulada referente ao lote de 100 licenças era R\$ 1.120,00 em 31/12/2018.
 - (B) a despesa orçamentária realizada em 2018, conforme Lei nº 4.320/1964, referente à aquisição do lote de 100 licenças foi R\$ 2.240,00.
 - (C) a variação patrimonial diminutiva em 2019 referente ao lote de 100 licenças foi R\$ 13.440,00.
 - (D) a amortização acumulada referente ao lote de 100 licenças era R\$ 13.440,00 em 31/12/2019.
 - (E) o ativo imobilizado foi aumentado pelo valor de R\$ 40.320,00 em 01/11/2018.
-
45. Em 31/10/2019, houve o reconhecimento, de acordo com o regime de competência, da obrigação de um ente estadual junto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) decorrente da contribuição previdenciária patronal. A despesa foi empenhada, liquidada e paga no mês de novembro de 2019. Sendo assim, em 31/10/2019, houve o aumento de
- (A) uma receita intraorçamentária executada do RPPS.
 - (B) uma despesa intraorçamentária executada do RPPS.
 - (C) um ativo financeiro do referido ente estadual.
 - (D) um passivo permanente do referido ente estadual.
 - (E) uma receita extraorçamentária do referido ente estadual.

**Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública**

46. Acerca das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a Constituição Federal de 1988 dispõe:
- (A) Aplica-se a imunidade tributária, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
 - (C) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas aplica-se apenas às fundações de direito público e não às de direito privado.
 - (D) O afastamento eleitoral previsto no art. 38 da Constituição Federal de 1988 não se aplica aos servidores públicos da administração fundacional, apenas aos que atuam na administração direta e autárquica.
 - (E) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações, que possuem conselho fiscal para esse fim.
-
47. O regime jurídico dos contratos administrativos, disciplinado na Lei nº 8.666/1993, prevê uma série de prerrogativas que favorecem a consecução do interesse público. Porém, a disciplina legal em tela NÃO confere à Administração a prerrogativa de
- (A) rescindir os contratos, unilateralmente, nos casos especificados na lei.
 - (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, independentemente de prévia defesa.
 - (C) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
 - (D) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, nos casos de serviços essenciais, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
 - (E) fiscalizar a execução contratual.
-
48. João Craveiro era servidor público do Estado do Amapá e, por força de doença incapacitante, foi aposentado por invalidez. Porém, um novo tratamento, baseado em células-tronco, possibilitou que ele recuperasse plenamente sua aptidão laboral. Assim, o referido servidor inativo pleiteou seu retorno ao cargo público de origem. À vista do relato e do que dispõe a Lei nº 66, de 03/05/1993, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Amapá,
- (A) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a aposentadoria é irrevogável e irretratável.
 - (B) será possível a reintegração do servidor no cargo, mas apenas por decisão judicial.
 - (C) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a vacância gera a extinção imediata do cargo.
 - (D) será possível a reversão do servidor ao cargo, desde que inspeção em Junta Médica Oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria e ateste a capacidade para o exercício do cargo.
 - (E) será possível a readaptação do servidor, que deve se dar em cargo de natureza inferior e menos exigente do ponto de vista físico e mental.
-
49. A Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 02/06/1992, estabelece um regime de responsabilidade aplicável aos agentes públicos que cometerem atos considerados ímprobos, ali qualificados em várias espécies. Torquato Mendes é Secretário Municipal de Educação e ordenador de despesa, tendo determinado a contratação de obra pública para a construção de creche, sem que houvesse previsão na respectiva legislação orçamentária. Nessa hipótese, conclui-se que
- (A) não ocorreu ato de improbidade, pois se trata de obra voltada ao atendimento de interesse público relevante.
 - (B) ocorreu ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração pública.
 - (C) ocorreu ato de improbidade administrativa, que importa enriquecimento ilícito.
 - (D) não há como responsabilizar o Secretário Municipal, visto que tal regime de responsabilidade não se aplica aos agentes políticos.
 - (E) ocorreu ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.
-
50. Acerca do Tribunal de Contas do Estado, a Constituição do Estado do Amapá estatui que
- (A) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem jurisdição em todo o território estadual, exceto na Capital, onde atua o Tribunal de Contas do Município.
 - (B) quatro dos membros do Tribunal de Contas são escolhidos pela Assembleia Legislativa, sendo que dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
 - (C) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - (D) os auditores do Tribunal de Contas são nomeados em confiança pelos Conselheiros, devendo a escolha recair em pessoas com ilibada reputação e idoneidade moral e dotadas de título de curso superior em direito, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.
 - (E) é requisito para ser Conselheiro do Tribunal de Contas ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública, ou, ao menos, ter mais de dez anos de exercício em função pública.